



**Centro Social
Padres Redentoristas**

**Relatório e Contas
2025**

CENTRO SOCIAL DOS PADRES REDENTORISTAS EM CASTELO BRANCO

RELATÓRIO DA DIREÇÃO Ano de 2025

A Direção do Centro Social dos Padres Redentoristas em Castelo Branco, Instituição Particular de Solidariedade Social, apresenta o Balanço e Contas, com os desenvolvimentos considerados necessários e de interesse, referentes ao ano social de 2025.

1 – ATIVIDADE

Durante o ano de 2025 desenvolvemos atividades relacionadas com o objeto social da Instituição, nomeadamente serviços de ação social tais como a colaboração com as famílias do distrito de Castelo Branco nas atividades de creche, jardim de infância, ocupação de tempos livres e escola. Fazemos esforço para que a resposta social dada seja um serviço de confiança e qualidade, servindo as necessidades dos utentes.

2 – SUBSÍDIOS

Para fazer face aos investimentos efetuados e para a comparticipação dos custos das atividades educativas e sociais, os apoios relevantes aprovados e/ou recebidos foram:

- Ministério da Educação: 43.982,14 Euros;
- Município de Castelo Branco: 60.000,00 Euros.

3 – FUNDADORES/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

No ano de 2024, foi concedido um empréstimo de 1.450.000,00 Euros ao Perpetuo – Educação e Cultura. Esta Instituição, como o Centro Social Padres Redentoristas, também pertence à Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor. O contrato de mútuo prevê que o reembolso deverá ser efetuado no prazo de 20 anos, com carência de 3 anos para o reembolso de capital. Os juros são indexados à taxa Euribor a 1 ano menos 0,5%, contabilizada no dia 2 janeiro de cada ano, com limite mínimo de 0,5%. Neste ano de 2025, os juros somam a quantia de 28.041,15 Euros.

4 – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Instituição mantém uma política de gestão rigorosa, reduzindo os gastos possíveis e rentabilizando todos os recursos ao seu alcance. A situação económica e financeira apresenta-se equilibrada e sólida. Neste ano de 2025 apurou-se um resultado positivo de 256.673,89 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2025 o ativo líquido da Instituição era de 10.122.779,81 Euros e o valor dos Fundos Patrimoniais (Capital Próprio) era de 9.698.911,42 Euros.

5 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Considerando a atual situação marcada por guerras e instabilidade financeira e social, a nível mundial, existe muita incerteza sobre o futuro. No entanto, a Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da Instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entende que não está em causa a continuidade da Instituição.



6 – RESULTADOS

6.1 – Resultado Líquido do Período

O total dos rendimentos no ano de 2025 foi de 2.949.962,31 Euros e os gastos totalizaram 2.689.680,55 Euros, apurando-se no período um resultado líquido positivo de 256.673,89 Euros, após a dedução do IRC a pagar, no valor de 3.607,87 Euros.

6.2 – Proposta de aplicação do resultado obtido

Propomos que o resultado positivo obtido seja transferido para Resultados Transitados.

VALORES COMPARADOS

Entre os anos de 2025, 2024, 2023 e 2022

Valores em euros

Ano	2025	2024	2023	2022
Total do Balanço	10.122.780	9.879.348	9.993.971	10.364.128
Total do Capital Próprio	9.698.911	9.458.505	9.532.916	9.976.955
Total do Passivo	423.868	420.843	461.055	387.173
Resultado Líquido	256.674	-58.144	-427.771	-206.185
IRC Imposto s/o rendimento	3.608	1.706	1.320	2.518
Serviços Prestados	2.596.232	2.253.703	2.085.037	1.997.437
Subsídios à exploração	104.162	104.046	110.135	129.520
Fornecimentos e Serviços Externos	296.521	334.953	358.290	280.913
Custos das matérias consumidas	156.913	161.593	150.752	122.733
Gastos com o pessoal	2.170.883	2.231.782	2.066.179	1.764.822
Número de trabalhadores	97	102	99	95

Ano	2025	2024	2023	2022
Autonomia Financeira	0,96	0,96	0,95	0,96
Solvabilidade Total	22,88	22,47	20,68	25,77
Liquidez Geral	18,48	21,36	19,61	24,46

AUTONOMIA FINANCEIRA Rácio financeiro que indica a relação entre capital próprio e ativo líquido. Mede a participação do capital próprio no financiamento da Instituição, devendo ser superior a 0,55.

SOLVABILIDADE é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos do Centro financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do Centro. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

LIQUIDEZ GERAL indica a relação entre o ativo e passivo circulante, medindo a capacidade da Instituição para fazer face aos compromissos financeiros de curto prazo. Deve ser, pelo menos, igual a um, para haver equilíbrio financeiro.

7 - MODELO DE CONTABILIDADE

De acordo com os critérios da Comissão de Normalização Contabilística, sendo o Centro uma Instituição classificada como Instituição Particular de Solidariedade Social, que prossegue a título principal, atividade sem fins lucrativos e que não distribui aos seus membros qualquer ganho económico ou financeiro direto deve aplicar as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

8 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros da Direção declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaboradas em

conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação da sociedade.

9 - AGRADECIMENTOS

O nosso agradecimento a quantos connosco colaboraram, nomeadamente ao Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco, ao Município de Castelo Branco, à Junta de Freguesia, ao Centro de Emprego, ao Ministério da Educação, à Comunidade em geral e especialmente aos nossos funcionários pela sua dedicação a esta Instituição.

Castelo Branco, 20 de março de 2026
A Direção

Zui Sotioy
Pedro Pires
Rita Cristina Martins Ferreira Antunes



Centro Social
Padres Redentoristas

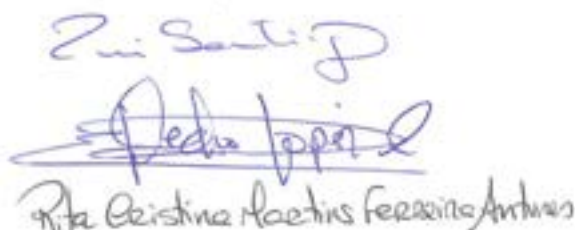
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	825.915,83	878.590,63
Investimentos financeiros		12.487,72	12.487,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14,3	1.450.000,00	1.450.000,00
Outros créditos e ativos não correntes			
Ativo corrente			
Inventários	7	3.778,74	2.795,15
Créditos a receber	14,4	182.409,70	219.662,85
Estado e outros entes públicos	14,2	24.485,27	19.973,96
Diferimentos		8.021,89	7.519,77
Caixa e depósitos bancários	4	7.615.680,66	7.288.317,61
Total do activo ...		10.122.779,81	9.879.347,69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos	14,1	5.107.098,23	5.107.098,23
Resultados transitados	14,1	4.248.653,51	4.306.797,54
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	14,1	86.485,79	102.753,23
Resultado líquido do período	14,1	256.673,89	(58.144,03)
Total dos fundos patrimoniais...		9.698.911,42	9.458.504,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	14,5	28.464,82	27.650,77
Estado e outros entes públicos	14,2	50.579,54	53.584,45
Outros passivos correntes	14,6	344.824,03	339.607,50
Total do passivo corrente ...		423.868,39	420.842,72
Total do passivo...		423.868,39	420.842,72
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		10.122.779,81	9.879.347,69

Castelo Branco, 20 de março de 2026

O Contabilista Certificado


 Ismael Reis
 CC N° 12037
 NIF 144493730

A Direção


 Rita Cristina Martins Ferreira Antunes

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	2.596.231,79	2.253.703,45
Subsídios,doações e legados à exploração	9	104.162,14	104.046,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	156.913,45	161.592,72
Fornecimentos e serviços externos	14,7	296.520,91	334.953,22
Gastos com o pessoal	14,8	2.170.882,83	2.231.782,23
Imperidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1.442,73	5.681,26
Outros rendimentos	14,2	64.335,60	66.755,03
Outros gastos	14,2	7.127,06	13.306,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		131.842,55	(322.811,46)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	56.180,30	61.565,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		75.662,25	(384.377,41)
Juros e rendimentos similares obtidos	8	184.619,74	327.939,60
Juros e gastos similares suportados		0,23	0,43
Resultado antes de impostos		260.281,76	(56.438,24)
Imposto sobre o rendimento do período	10	3.607,87	1.705,79
Resultado líquido do período		256.673,89	(58.144,03)

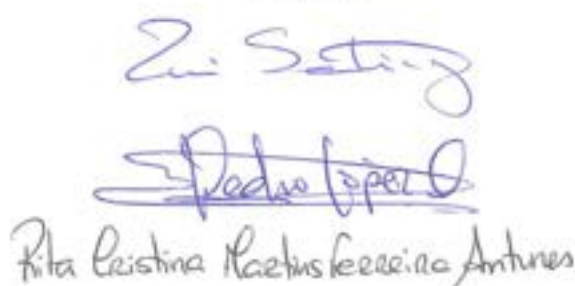
Castelo Branco, 20 de março de 2026

O Contabilista Certificado



Ismael Reis
CC N° 12037
NIF 144493730

A Direção



Rita Cristina Martins Ferreira Antunes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

297 - CENTRO SOCIAL PADRES REDENTORISTAS
NIF: 501096566

CLASSIFICAÇÃO	FUNDOS	EXCIDENTES TÉCNICOS	RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCIDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	5.107.098,23			4.734.568,95			119.020,67	-427.771,41			9.532.916,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00
Alteração de políticas contabilísticas											0,00
Utilização de reserva de demonstrações financeiras											0,00
Realização do excidente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											0,00
Excidentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas alterações											0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00				0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											0,00
RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.144,03
RESULTADO EXTENSIVO											-58.144,03
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados											0,00
Outras operações	0,00			-427.771,41			-16.267,44	427.771,41			-16.267,44
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	5.107.098,23	0,00	0,00	-427.771,41	0,00	0,00	102.753,23	-58.144,03	0,00	0,00	9.458.504,97
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	5.107.098,23	0,00	0,00	4.306.797,54	0,00	0,00	102.753,23	-58.144,03	0,00	0,00	9.458.504,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00
Alteração de políticas contabilísticas											0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00
Realização do excidente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											0,00
Excidentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas alterações											0,00
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											0,00
RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO											256.673,89
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados	0,00			-58.144,03			-16.267,44	58.144,03			-16.267,44
Outras operações	0,00	0,00	0,00	-58.144,03	0,00	0,00	86.485,79	256.673,89	0,00	0,00	-16.267,44
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	5.107.098,23	0,00	0,00	4.248.653,51	0,00	0,00	86.485,79	256.673,89	0,00	0,00	9.698.911,42



 Manuel Reis
 C.O. N.º 42077
 NIF: 144492133

Demonstração de Fluxos de Caixa

297 CENTRO SOCIAL PADRES REDENTORISTAS
6000-161 CASTELO BRANCO
501096566

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.596.231,79	2.264.364,79
Recebimentos de subsídios		104.162,14	103.646,19
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		445.417,95	540.054,35
Pagamentos ao pessoal		2.170.882,83	2.219.208,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		14.682,81	16.334,61
Outros recebimentos/pagamentos		57.258,31	3.892,91
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		126.668,65	(403.693,35)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			830,50
Investimentos financeiros			1.450.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Juros e rendimentos similares		200.694,40	181.144,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		200.694,40	(1.269.685,98)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		327.363,05	(1.673.379,33)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	7.288.317,61	8.961.696,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.615.680,66	7.288.317,61

Castelo Branco, 20 de março de 2026

O Contabilista Certificado


Ismael Reis
CC Nº 12037
NIF 144493730

A Direção



Rui Cristiano Rodrigues Ferreira Antunes

CENTRO SOCIAL PADRES REDENTORISTAS EM CASTELO BRANCO
Rua Conselheiro Albuquerque, 23
Castelo Branco
6000-161 CASTELO BRANCO
Contribuinte N.º. 501096566

Anexo às Demonstrações Financeiras do Ano de 2025

(valores expressos em Euros)

1 - Identificação da entidade

1.1 - Denominação da entidade (indicando o número de identificação de pessoa coletiva e, se for o caso, o facto de a entidade se encontrar em liquidação).

Nome: CENTRO SOCIAL DOS PADRES REDENTORISTAS EM CASTELO BRANCO

NIF: 501096566

1.2 - Lugar da sede social.

Sede: Rua Conselheiro Albuquerque, N.º 23

6000-161 CASTELO BRANCO

1.3 - Natureza da atividade.

É uma instituição de solidariedade social. Tem como atividade principal criar e assegurar o funcionamento de serviços de ação social, nomeadamente colaborar com as famílias do Distrito de Castelo Branco nas atividades de creche, jardim de infância, ocupação dos tempos livres e educação - CAE principal 88910, CAE secundários 85100, 85201 e 85600

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Indicação do referencial contabilístico (NCRF--ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL)

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização contabilística), com as alterações introduzidas pela lei n.º 20/2010 de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);

- Portaria 220/2015, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras das ESNL);
- Portaria 218/2015, de 14 de Março (Código de Contas das ESNL).

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Bases de Mensuração:

- ✓ **Investimentos Financeiros:** Encontram-se contabilizados pelo método do custo de aquisição;
- ✓ **Ativos Fixos Tangíveis:** Adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados pelo custo de aquisição de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data deduzido de amortizações acumuladas. Os adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas. As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos no período em que ocorrem;
- ✓ **Ativos Intangíveis:** Encontram-se registados ao modelo do custo, deduzidos das amortizações acumuladas;
- ✓ **Inventários:** São mensurados pelo o custo de aquisição;
- ✓ **Dívidas de Terceiros:** Estão registadas de acordo com eventos ocorridos no decorrer da atividade operacional;
- ✓ **Dívidas a Terceiros:** Estão registadas pelo modelo do custo;
- ✓ **Caixa e Depósitos Bancários:** Os montantes incluídos nestas rúbricas são mobilizáveis sem risco significativo de valor;
- ✓ **Rédito:** Decorrente da atividade do Centro é registado pelo seu justo valor entre as partes contratantes. Nas prestações de serviços o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui impostos liquidados nas faturas;
- ✓ **Subsídios e outros apoios das entidades públicas:** Mensurados pelo valor recebido, após o cumprimento de determinadas condições exigidas para a sua concessão. Os não reembolsáveis relacionados com Ativos Tangíveis e Intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração dos Resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Os reembolsáveis são contabilizados como

Passivos, na rúbrica "Financiamentos Obtidos". Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período na rúbrica "Subsídios à Exploração";

✓ **Impostos sobre o rendimento:** Mensurados como gastos do período e estão refletidos nas Demonstrações Financeiras do período.

b) Outras políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

No ano de 2023 o CSPR alterou a política de contabilização relativa às verbas provenientes dos Acordos de Cooperação. Não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas no período apresentado nem foram identificados quaisquer erros materiais.

4 – Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa:		
Caixa sede	25,11	100,28
Fundo maneió sede	419,54	47,75
TOTAL	444,65	148,03
Depósitos Bancários:		
Depósitos à ordem	499.236,01	255.169,58
Depósitos a prazo	7.116.000,00	7.033.000,00
TOTAL	7.615.236,01	7.288.169,58
TOTAL CAIXA, DEPÓSITOS BANCÁRIOS	7.615.680,66	7.288.317,61

5 - Ativos Intangíveis

5.1 - Divulgar se as Vidas Úteis são Indefinidas ou Finitas e, se forem Finitas, as Vidas Úteis ou as Taxas de Amortização Usadas - Vidas úteis Finitas

Os elementos do Ativo Intangível com vida útil finita têm as seguintes Vidas Úteis:

Ativos Intangíveis	Vida útil (Anos)
Projetos de desenvolvimento	3-6
Programas de computadores	3-6

Os elementos são amortizados pelo método da linha reta.

5.2 - Quantia Bruta Escriturada e Qualquer Amortização Acumulada no Começo e Fim do Período

Os Ativos Intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Descrição do Ativo	Quant. Escrit.Bruta 31.12.2025	Depreciações Acumu. 31.12.2025	Quant. Escrit.Bruta 31.12.2024	Depreciações Acum. 31.12.2024
Projetos Desenvolvimento	39.956,72	39.956,72	39.956,72	39.956,72
Programas Computador	16.361,76	16.361,76	16.361,76	16.361,76
TOTAL	56.318,48	56.318,48	56.318,48	56.318,48

5.3 - Reconciliação da Quantia Escriturada no Início e no Fim do Período que mostre as Adições, as Alienações, os Abates e as Amortizações

Os movimentos na rubrica Ativos Intangíveis durante o ano de 2025 e no ano anterior são os que se seguem:

QUANT.ESCR.BRUTA:	Saldo 31.12.2024	Adições	Alienações	Abates	Saldo 31.12.2025
Projetos desenvolvimento	39.956,72	0,00	0,00	0,00	39.956,72
Programas computador	16.361,76	0,00	0,00	0,00	16.361,76
TOTAL	56.318,48	0,00	0,00	0,00	56.318,48
AMORT. ACUM.:	Saldo 31.12.2024	Adições	Diminuições	Saldo 31.12.2025	
Projetos desenvolvimento	39.956,72	0,00	0,00	39.956,72	
Programas computador	16.361,76	0,00	0,00	16.361,76	
TOTAL	56.318,48	0,00	0,00	56.318,48	
QUANT.ESCRITURADA	Saldo 2025				
Projetos desenvolvimento	0,00				
Programas computador	0,00				
TOTAL	0,00				

6- Ativos fixos tangíveis

6.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos tangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação usados;

A empresa deprecia os seus bens do Ativo fixo Tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis:

	Vida útil
Terrenos e Recursos Naturais	0
Edifícios e Outras Construções	20-50
Equipamento Básico	3-10
Equipamento de Transporte	4-8
Equipamento Administrativo	2-10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1-4

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações;

Quantia Escriturada Bruta e a Depreciação Acumulada no Início e no Fim do Período

Descrição do Ativo	Quantia Escrit.Bruta 31.12.2025	Depreciações Acumuladas 31.12.2025	Saldo 31.12.2025	Quantia Escrit.Bruta 31.12.2024	Depreciações Acumuladas 31.12.2024	Saldo 31.12.2024
Terrenos e Rec.Naturais	421.429,12	0,00	421.429,12	421.429,12	0,00	421.429,12
Edif.Outras Construções	3.360.476,35	3.064.410,59	296.065,76	3.360.476,35	3.022.474,29	338.002,06
Equipamento Básico	401.036,70	376.956,41	24.080,29	401.036,70	372.597,75	28.438,95
Equipamento Transporte	182.600,02	182.600,02	0,00	198.265,02	198.265,02	0,00
Equipamento Administrativo	267.294,57	245.628,71	21.665,86	263.789,07	239.340,19	24.448,88
Outros Ativos Fixos Tangíveis	614.361,14	551.686,34	62.674,80	614.361,14	548.089,52	66.271,62
TOTAL	5.247.197,90	4.421.282,07	825.915,83	5.259.357,40	4.380.766,77	878.590,63

Reconciliação da Quantia Escriturada no Início e no Fim do Período que mostre as Adições, as Alienações, os Abates e as Depreciações

Os movimentos na rubrica Ativos Tangíveis durante o ano de 2025 e no ano anterior são os que se seguem:

Descrição	Terrenos e recur. naturais	Edifícios e out.constr.	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administrativo	Outros ativos tang.	Total
Ativo bruto a 31.12.2024	421.429,12	3.360.476,35	401.036,70	198.265,02	263.789,07	614.361,14	5.259.357,40
Depreciações a 31.12.2024	0,00	3.022.474,29	372.597,75	198.265,02	239.340,19	548.089,52	4.380.766,77
Perdas imparidade 31.12.2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escrit.inicial	421.429,12	338.002,06	28.438,95	0,00	24.448,88	66.271,62	878.590,63
Movimentos do período	0,00	-41.936,30	-4.358,66	-0,00	-2.783,02	-3.596,86	-52.674,84
Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	3.505,50	0,00	3.505,50
Aquisições 1ª mão	0,00	0,00	0,00	0,00	3.505,50	0,00	3.505,50
Total das diminuições	0,00	-41.936,30	-4.358,66	0,00	-6.288,52	-3.596,86	-56.180,34
Depreciações	0,00	-41.936,30	-4.358,66	0,00	-6.288,52	-3.596,86	-56.180,34
Quantia líquida escrit.final	421.429,12	296.065,76	24.080,29	0,00	21.665,86	62.674,80	825.915,79

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. A Associação adota como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, ou seja, são atribuídos aos elementos identificados do inventário os seus custos individuais.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Inventários	31.12.2025	31.12.2024
Matérias primas	3.778,74	2.795,15
TOTAL	3.778,74	2.795,15

7.3 - Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

	Mercadorias (Ano 2025)	Mercadorias (Ano 2024)
Inventário inicial	2.795,15	1.596,66
Compras	157.897,04	162.791,21
Inventário Final	3.778,74	2.795,15
GASTO DO PERÍODO	156.913,45	161.592,72

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

❖ O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

❖ As quantias de cada categoria de rédito reconhecidas durante o período foram as seguintes:

	31.12.2025	31.12.2024
Prestações de Serviços	2.596.231,79	2.253.703,45
Juros	184.619,74	327.939,60
TOTAL	2.780.851,53	2.581.643,05

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

A Instituição reconheceu nas suas Demonstrações Financeiras os seguintes Subsídios e apoios de

entidades públicas:

31.12.2025				
Descrição do subsídio	Natureza reembolso	Capitais próprios	Passivo	Demonst. dos Resultados
Ministério da Educação	Não reembolsável			43.982,14
Município Castelo Branco	Não reembolsável			60.000,00
TOTAL		0,00	0,00	103.982,14
31.12.2024				
Descrição do subsídio	Natureza reembolso	Capitais próprios	Passivo	Demonst. dos Resultados
Ministério da Educação	Não reembolsável			43.646,19
Município Castelo Branco	Não reembolsável			60.000,00
TOTAL		0,00	0,00	103.646,19

A rubrica Subsídios à Exploração também inclui donativos de Outras Entidades no valor de 180,00 Euros em 2025 e 400,00 Euros em 2024.

10 - Impostos Sobre o Rendimento

10.1 - Divulgação separada dos seguintes principais Componentes de Gasto (rendimento) de Impostos

As movimentações relativas ao Imposto sobre o Rendimento foram as seguintes:

Gastos/Rendimentos	Ano 2025	Ano 2024
Impostos Correntes	3.552,60	1.705,79
Impostos Diferidos 2021	55,27	0,00
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	3.607,87	1.705,79

11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

É política da Instituição reconhecer um Ativo, um Passivo Financeiro ou um instrumento de Capital Próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

a) Durante o ano o número médio de trabalhadores foi de noventa e sete.

b) Número de membros dos Órgãos Diretivos:
- 3 Membros na Direção
- 3 Membros no Conselho Fiscal

12.2 – Informação sobre remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Nenhum Órgão Diretivo é remunerado.

13 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 - Outras divulgações

14.1 - Fundos Patrimoniais

14.1.1 - Forma como se Realizou o Fundo Social e seus Aumentos ou Reduções, apenas no exercício em que tiveram lugar

No ano de 2025 não se verificaram movimentações ao nível do Fundo Social:

Descrição	Ano 2025
Fundo social início período	5.107.098,23
Aumentos	0,00
Diminuições	0,00
Fundo social fim período	5.107.098,23

14.1.2 - Explicação e Justificação dos Movimentos Ocorridos em cada uma das Rúbricas de Fundos Patrimoniais, constantes do Balanço, para além das referidas anteriormente

Durante o período ocorreram as seguintes movimentações nos Fundos Patrimoniais:

Rúbricas Fundos Patrimoniais	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31.12.2025
Fundo social	5.107.098,23	0,00	0,00	5.107.098,23
Resultados Transitados	4.306.797,54	0,00	58.144,03	4.248.653,51
Outras vari.capital próprio	102.753,23	0,00	16.267,44	86.485,79
Resultado líquido do período	-58.144,03	314.817,92	0,00	256.673,89
TOTAIS	9.458.504,97	314.817,92	74.411,47	9.698.911,42

14.2 - Informações

Neste ano de 2025, a Instituição não esteve abrangida pela legislação nacional relativa à contratação pública.

❖ A conta "**Estado e Outros Entes Públicos**" apresentava os seguintes saldos:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o valor acrescentado	5.175,37	5.291,15
Imposto sobre o rendimento	19.309,90	14.682,81
TOTAL DO ATIVO	24.485,27	19.973,96
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	11.189,63	12.142,90
Imposto sobre o valor acrescentado	42,32	650,64
Contribuições para a segurança social	38.909,46	39.656,94
Outros impostos	438,13	1.133,97
TOTAL DO PASSIVO	50.579,54	53.584,45

❖ O detalhe da conta "**Outros Rendimentos**" é apresentado da seguinte forma:

Descrição	Ano 2025	Ano 2024
Rendimentos Suplementares	11.935,41	12.755,78
Desconto de pronto pagamento obtidos	9,10	96,21
Rendimentos e ganhos em investim.não financeiro	4.000,00	0,00
Outros	48.391,09	53.903,04
TOTAL	64.335,60	66.755,03

❖ O detalhe da conta "**Outros Gastos**" é apresentado da seguinte forma:

Descrição	Ano 2025	Ano 2024
Impostos	802,87	1.140,92
Desconto de pronto pagamento concedidos	0,02	0,01
Outros	6.324,17	12.165,77
TOTAL	7.127,06	13.306,70

14.3- Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

No ano de 2024, foi concedido um empréstimo de 1.450.000,00 Euros ao "Perpetuo – Educação e Cultura". Esta Instituição, como o "Centro Social Padres Redentoristas", também pertence à Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor. O contrato de mútuo prevê que o reembolso deverá ser efetuado no prazo de 20 anos, com carência de 3 anos para o reembolso de capital. Os juros são indexados à taxa Euribor a 1 ano menos 0,5%, contabilizada no dia 2 janeiro de cada ano, com limite mínimo de 0,5%.

14.4 – Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

Designação	31.Dez.2025		31.Dez.2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente		29.950,51		15.346,37
Clientes cobrança duvidosa		13.616,96		14.230,00
Perdas por imparidade		-13.501,91		-12.059,18
Fornecedores conta corrente		6.456,59		8.640,32
Pessoal		817,95		183,90
Devedores por acréscimo rendimento		113.773,60		190.266,17
Outros devedores		31.296,00		3.055,27
Total		182.409,70		219.662,85

14.5 - Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Designação	31.Dez.2025		31.Dez.2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente		28.464,82		27.650,77
Total		28.464,82		27.650,77

14.6 - Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

Designação	31.Dez.2025		31.Dez.2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente		26.263,97		27.633,24
Fornecedores investimentos		3.505,50		0,00
Credores por acréscimos gastos		306.147,86		302.312,37
Outros devedores		8.906,70		9.661,89
Total		344.824,03		339.607,50

14.7 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Descrição	Exercício 2025	Exercício 2024
Subcontratos	18.986,02	13.770,23
Trabalhos especializados	55.398,37	59.118,22
Publicidade e propaganda	0,00	8.559,50
Vigilância e Segurança	4.591,99	3.818,82
Honorários	29.574,99	30.270,21
Conservação e reparação	13.017,87	25.553,49
Outros serviços especializados	7.917,73	7.203,03
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.563,73	2.912,72
Material de escritório	5.321,85	6.689,80
Artigos para oferta	2.137,62	2.112,71
Outros materiais	4.675,00	5.255,12
Electricidade	49.505,25	59.077,79
Combustíveis	39.864,56	38.567,91
Água	12.842,67	12.771,87
Deslocações e estadas	60,00	581,30
Comunicação	2.224,68	2.474,53
Seguros	14.637,34	15.309,88
Contencioso e notariado	2.946,00	12.103,26
Limpeza, higiene e conforto	26.284,38	25.920,45
Outros serviços diversos	970,86	2.882,38
TOTAIS	296.520,91	334.953,22

14.8 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal entre 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	31.Dez.2025	31.Dez.2024
Remunerações do pessoal	1.733.039,77	1.771.781,96
Encargos sobre remunerações	387.528,82	398.704,31
Seguros	38.147,60	25.474,71
Outros gastos com pessoal	12.166,64	35.821,25
TOTAIS	2.170.882,83	2.231.782,23

14.9 - Eventos subsequentes

Considerando os desenvolvimentos recentes, continua a existir muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual a Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da Instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entendem que não está em causa a continuidade da Instituição. No entanto, dada a incerteza, a Instituição não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia e da guerra nos gastos e rendimentos da Instituição.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

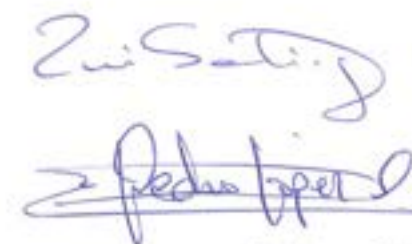
Castelo Branco, 20 de março de 2026

O Contabilista Certificado

A Direção



Ismael Reis
CC N° 12037
NIF 144493730



Rita Cristina Martins Ferreira Antunes



RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CENTRO SOCIAL DOS PADRES REDENTORISTAS EM CASTELO BRANCO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 10.122.780 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.698.911 euros, incluindo um resultado líquido de 256.674 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CENTRO SOCIAL DOS PADRES REDENTORISTAS EM CASTELO BRANCO** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

1

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



João Cruz Martins

Sofia Salvado Martins

© Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2, r/c - Esq.ª 6200-661 COVILHÃ

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Castelo Branco, 31 de março de 2026

3

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Registada na CMVM sob o nº 20161596

Representada por Sofia Salvado Martins, ROC nº 1740

ATAS

ATA Nº 439/2026

Ata da reunião da Direção do Centro Social Padres Redentoristas em Castelo Branco

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas 11 horas da manhã, reuniu a Direção do "CENTRO SOCIAL DOS PADRES REDENTORISTAS EM CASTELO BRANCO", Instituição Particular de Solidariedade Social, com NIPC 501096566, na sede social Rua Conselheiro Albuquerque, nº 23, 6000-161 Castelo Branco, estando presentes os membros Padre Rui Filipe Correia Santiago, Padre Pedro Lopez Calvo e Rita Cristina Martins Ferreira Antunes, Presidente, Vice-Presidente e Vogal, respetivamente. -----

Conforme convocatória para o efeito a Ordem de Trabalhos é a seguinte: -----

1 - Apresentação, discussão e aprovação do balanço e das contas do ano de dois mil e vinte e cinco; -----

2 - Proposta de aplicação de resultados. -----

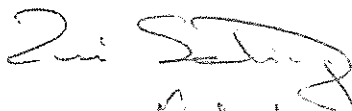
Aberta a sessão e apresentadas as contas relativas ao ano de dois mil e vinte e cinco, representadas por balanço, mapas de resultados, balancetes, ficheiros e documentação complementar, foi demonstrada a formação do resultado líquido positivo de 256.673,89 Euros (Duzentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta e três euros e oitenta e nove cêntimos). -----

Posto à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o balanço e as contas do ano de dois mil e vinte e cinco. - Por unanimidade foi também aprovada a proposta de aplicação de resultados, que propõe que o resultado obtido seja transferido para Resultados Transitados, de modo a prosseguir as atividades de acordo com a natureza e os fins consignados nos Estatutos da Instituição. -----

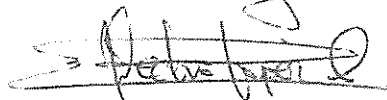
Não havendo mais nada a deliberar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada. -----

Castelo Branco, 30 de março de 2026.

O Presidente:



O Vice-Presidente:



O Vogal: Rita Cristina Martins Ferreira Antunes

ATAS
ATA NÚMERO 02/2026

Conselho Fiscal

----- Conselho Fiscal do Centro Social Padres Redentoristas em Castelo Branco -----

----- Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu, nas instalações do Gabinete de Administração Provincial da Congregação do Santíssimo Redentor em Portugal, o Conselho Fiscal do Centro Social Padres Redentoristas de Castelo Branco, em cumprimento das disposições estatutárias. -----

----- Estiveram presentes todos os membros do órgão fiscalizador, designadamente Maria Inês Nabais Monteiro, na qualidade de Presidente, Célia Marlene Pinto Bonifácio e Maria Margarida Ribeiro Magalhães, Vogais. A reunião foi presidida por Maria Inês Nabais Monteiro e secretariada por Célia Marlene Pinto Bonifácio. -----

----- Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Único: Analisar e dar parecer acerca das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e cinco e da Proposta de Aplicação dos Resultados. -----

Deu-se início aos trabalhos com a análise das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e cinco e da respetiva Proposta de Aplicação dos Resultados, conforme documentação previamente apresentada pela Direção. -----

No decurso da reunião, o Vice-Presidente da Direção apresentou uma síntese das atividades desenvolvidas ao longo do exercício, bem como dos resultados alcançados, evidenciando um resultado líquido de **256.673,89 euros**. Após a apresentação, foram prestados todos os esclarecimentos considerados necessários pelos membros do Conselho Fiscal. -----

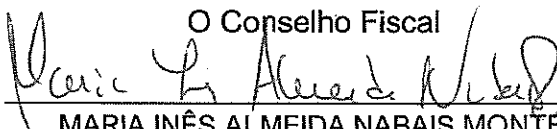
Procedida à análise da documentação e tendo em conta os esclarecimentos obtidos, o Conselho Fiscal considerou que as contas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis. -----

Face ao exposto, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e cinco, bem como da Proposta de Aplicação dos Resultados. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, a sessão foi encerrada, tendo sido lavrada a presente ata, que vai ser assinada por todos os membros do Conselho Fiscal. -----
Castelo Branco, 30 de março de 2026

O Conselho Fiscal

A Presidente:


MARIA INÊS ALMEIDA NABAIS MONTEIRO

A Secretária:


CÉLIA MARLENE PINTO BONIFÁCIO

A Vogal:


MARIA MARGARIDA RIBEIRO MAGALHÃES

Folha: 33